

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O JORNAL DE TÍMON DE JOÃO FRANCISCO LISBOA E O LUGAR DA HISTÓRIA DO PRESENTE NO BRASIL OITOCENTISTA

Ana Priscila de Sousa Sá
Doutoranda em História
Universidade Federal do Maranhão – Bolsista FAPEMA
priscilareds@hotmail.com

João Francisco Lisboa foi um letrado reconhecido no Brasil do século XIX. Autodidata, começou sua vida pública ainda muito jovem na imprensa política da Província do Maranhão, assinando jornais como *O Brasileiro* (1832), *Farol Maranhense* (1832-1833), *Eco do Norte* (1834-1836), *Crônica Maranhense* (1838-1840) e *Publicador Maranhense* (1842-1855) em São Luís. Compondo o grupo dos liberais da província, foi por duas vezes eleito deputado para a Assembleia Provincial e assumiu a Secretaria de Governo na administração de Antônio Pedro da Costa Ferreira. Almejando ter seu nome escolhido, quis representar a província nacionalmente como deputado em 1840, mas foi preterido (MELO, 2014, p. 20-21). Tal desgosto abalou sua relação com o partido, tendo voltado a participar mais ativamente só em 1847, até operar a cisão definitiva, viajar para a Corte no Rio de Janeiro e, em seguida, rumar para Portugal como pesquisador pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

A partir daí passou a se dedicar ao trabalho de escrever a história do Maranhão, sendo o mais importante o *Jornal de Tímon*. Os dez primeiros números do *Jornal* foram publicados entre 1852 e 1853 no Maranhão, e os números 11 e 12 saíram apenas em 1858 direto de Portugal, após ser admitido sócio do Instituto e nomeado com o encargo de copiar documentos relativos à história do Brasil.

Este trabalho analisou *Partidos e eleições no Maranhão* (1853), publicado nos nº II e III do *Jornal de Tímon*. Fazendo um estudo sobre a situação política/partidária da Província do Maranhão na metade do século XIX, com enfoque nas eleições e na atuação dos partidos locais, Lisboa denunciou os (ab)usos que os partidos faziam dos Presidentes de Província, dos jornais e do próprio processo eleitoral como seus instrumentos de ação, e o conseqüente estado de corrupção dos costumes na sociedade

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

provincial. Discuti o folheto como exemplo da prática historiográfica do autor, levando em conta a diversidade de temas e abordagens para se escrever história no Brasil daquela época, em que havia orientações, mas não um modelo único. Lisboa escreveu que seu fim primário era “a pintura de nossos costumes políticos” (LISBOA, 1864, p. 7), de modo que não foi sua preocupação escrever uma história geral do Brasil nos moldes da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, por exemplo. A grande inquietação do autor no *Jornal* era analisar a história de seu lugar de nascimento, ofertando ao leitor do periódico um panorama sintético e ao mesmo tempo detalhado do desenvolvimento histórico da Província do Maranhão, ainda que isso não significasse entender que estava escrevendo uma história regional e não nacional, maior aspiração naquele período, até pela atuação do Instituto. Como assinalou Batalhone Jr. (2010, p. 8), Lisboa compreendia que uma história dos hábitos eleitorais e monografias particulares ao longo dos números do *Jornal* eram tão relevantes para a história do Brasil quanto uma história geral orientada pela narração do “todo”, sem privilegiar uma “parte”, uma província.

Focalizando eventos recentes da história provincial, criou um *romance histórico* com personagens inspiradas em personalidades da política local. Nesse âmbito, realizou um trabalho que permite refletir sobre a possibilidade de uma história do presente no Brasil do Oitocentos, modalidade que não deixou de ser praticada mesmo com a pouca recomendação que recebia, tornando necessário alguns apontamentos acerca do (não) lugar do presente nas produções direcionadas pelo IHGB.

A princípio, uma “arca do sigilo”

Escrever sobre atualidades era desaconselhado no Instituto tanto pela proximidade temporal, quanto pela natureza das fontes. Um sócio chegou a propor a criação do que logo se convencionou chamar “arca do sigilo”. Do que se tratava? A ideia de Francisco Freire Allemão era conservar “debaixo de sigilo as notícias históricas contemporâneas que alguém queira enviar ao mesmo Instituto, notícias que virão lacradas em cartas, e só serão abertas no tempo em que seu autor o determinar” (IHGB, 1847, p. 567), isto é, num momento já entendido como seguro. Ao que tudo indica, a arca não se tornou realidade, mas o fato de ter sido proposta e aceita pela comissão que incluía Manoel de Araújo Porto Alegre, Manoel Ferreira Lagos e o próprio Freire

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Allemao denotava a importância que o assunto possuía na agremiação. Idealizando o futuro “à custa da manipulação do presente” (GUIMARÃES, 1995, p. 388), o Instituto promovia a ideia de que o conteúdo da arca continha a verdade sobre aquele presente, numa afirmação da documentação oficial como mais autêntica.

O parecer da comissão responsável permite avaliar alguns aspectos:

Escritos há, certamente, muito úteis e preciosos para a história de um país, cuja imediata impressão pode acarretar, além de grandes desgostos a seus autores, incalculáveis perturbações, e comprometer não só a paz interna, como a externa; e outros, que envolvendo personalidades contemporâneas e descarnando os fatos, ou divulgando segredos, trariam um sem número de inimizades e deslocamentos pessoais, mormente em épocas de transição, e num país como o nosso, onde as bases de uma longa experiência não podem ainda frutificar, e onde a tolerância das nações velhas ainda não chegou. (IHGB, 1850, p. 133)

O comentário deixava patente o desconforto em tratar da questão. Em última instância, segregar sobre o presente significava também proteger a política e o Estado imperial (MALEVAL, 2013, p. 2) de possíveis animosidades dentro e fora do país – comprometendo a estabilidade alcançada com duras penas até ali – a partir da revelação de determinados documentos. A propósito da oferta de um trabalho sobre o reinado de D. Pedro II, por exemplo, a comissão de história do Instituto optou por arquivar, argumentando que o escritor de fatos contemporâneos seria sempre “um juiz mais ou menos suspeito” (IHGB, 1863, p. 854), mesmo que animado por boas intenções. Agindo desse modo, o Instituto se portava como lugar de produção do discurso histórico que permitia ou vetava a publicação desse gênero de escrita, a dupla função do lugar mencionada por Michel de Certeau (2017, p. 63).

A concepção de história da época passava pela ideia de que ela era “o juiz póstumo do caráter de todos os autores principais da cena do nosso mundo”, ao mostrar “fatos que tornariam a história obscura, forçando os escritores futuros a tatearem no mundo das conjecturas e das probabilidades” (RIHGB, 1850, p. 134). Essa postura indicava uma longevidade da ideia antiga da história mestra da vida, ainda que sua operacionalização não fosse mais no sentido de imitação, já era possível aprender com o passado sem copiá-lo, apontando para o processo de historicização e transformações conceituais acentuadas a partir da década de 1830 (ARAUJO, 2008, p. 103). Havia, assim, uma multiplicidade de projetos buscando moldar formas de experiência do tempo entendendo a situação do Brasil recém-independente e suas especificidades (MOLLO;

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

TURIN; NICOLAZZI, 2018, p. 1), e a visão judicativa do conhecimento histórico permanecia como traço significativo, cabendo ao historiador explicar as dúvidas e pontos obscuros.

Tratar do próprio tempo significava muitas vezes falar da experiência desses letrados que, envolvidos nos eventos, também possuíam cargos políticos (TIBURSKI, 2011, p. 91). A história imediata padecia pelas fontes documentais ou mesmo orais, e pela própria forma da escrita, temia-se que o historiador não conseguisse ser imparcial e imprimisse no seu texto posições pessoais, descaracterizando seu compromisso de narrar a verdade do acontecido. Por esse lado, a proposta da arca funcionava como certa consciência da falta de maturidade política e epistemológica para escrever sobre o contemporâneo (CEZAR, 2013, s/p).

Um exemplo de trabalho bem recebido e publicado pelo Instituto foi a “Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 a 1840” de Gonçalves de Magalhães. O parecer da comissão que a avaliou celebrou o manejo das fontes, a exposição e a objetividade do poeta. Julgou-se que sendo ele estranho aos partidos que lutavam entre si no Maranhão, podia apreciar melhor a natureza e diversidade de elementos que resultaram na Balaiada (IHGB, 1847, p. 425). A condição de testemunha ocular e o não envolvimento pessoal conferiam a isenção esperada para o ofício. Ao lado da documentação oficial e da crítica histórica, o “ver” funcionava como condição de saber, de modo a poder se falar na existência de um “regime de historiografia” no Brasil imperial que articulava referenciais antigos e modernos, relacionando os métodos de fazer história e as ordens temporais (LENCLUD, 2006, p. 1073).

Uma história do presente maranhense

Em *Partidos e eleições no Maranhão* Lisboa escolheu analisar um ambiente que ele conhecia, participou ativamente e que tinha grande interesse junto ao público do seu periódico mensal, o *Jornal de Timon*, manifestando muito da vida política e jornalística, bem como da situação econômica e social da província (JANOTTI, 1977, p. 69). É difícil afirmar que escrever uma história do presente fosse uma escolha consciente de Lisboa ao iniciar a redação de *Partidos e eleições...*, ao menos nos moldes do que por

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

isso se entende atualmente. A escolha do tema parecia mais um imperativo do que fazia parte de sua trajetória pública, do que uma opção epistemológica que exigiria maior reflexão teórica, traço pouco marcante da historiografia daquele momento. Principalmente, tinha a ver com sua ideia pragmática de história, conhecer a história da província poderia ajudar na reforma dos costumes da sociedade, o elemento fundamental de sua crítica no folheto.

Narrado por *Tímon*, pseudônimo inspirado no pensador homônimo grego escolhido por Lisboa, *Partidos e eleições...* já foi elencado mais como o testemunho de uma época do que propriamente parte da produção histórica do autor (JANOTTI, 1977, p. 131) e como um discurso de moral política sob o pretexto de fazer história (SANTOS, 2000, p. 242), aqui defendi que a matéria sobre a qual tratou e a forma da abordagem caracterizava a obra histórica de Lisboa num período em que não havia um modelo único de narração histórica no Brasil, mas diversos modos de se pensar a construção da história matizados por uma variedade de aspectos como a disponibilidade de documentação e o estilo da escrita. Lisboa lia e citava a Revista do IHGB, mas não fazia parte da agremiação no momento de publicação do folheto e seria apressado afirmar que seguia suas diretrizes. Importa pensar essa relação entre a Corte e as províncias, que tinham seus autores trabalhando na medida do que era possível para escrever sobre seu local, ter acesso à documentação, seja para oferecer ao IHGB ou não.

Segundo Michel de Certeau (2017, p. 46-47), a história pode ser compreendida como uma “operação” se considerá-la como a relação entre um lugar, procedimentos de análise e a construção de um texto, e a operação historiográfica no folheto incluía forte verniz ético. As personagens do *romance histórico* que se propôs escrever foram apresentadas com cores vibrantes. Na cena da política provincial o Presidente de Província apareceu como um carreirista que por meio daquela função desejava alcançar posto ainda mais elevado na política nacional, as eleições foram caracterizadas como momentos de grande violência, afirmando uma interpretação muito difundida de que as eleições no Império se realizavam na base da fraude e manipulação (LIMONGI, 2014, p. 16), os jornais como meios para representar cada partido, defender suas ideias e atacar os demais; e juntos os três funcionavam como instrumentos dos partidos que se digladiavam por um assento junto ao Governo e o alcance e permanência no poder.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Pelo fenômeno das eleições, Lisboa demarcava uma falsa aparência das instituições, do povo e do processo eleitoral (SOARES, 2002, p. 4-30) e, a partir da lógica local, observava os limites da implantação do governo representativo no Brasil, pois acreditava que tais mazelas se davam em todo o país. A conclusão de *Tímon* foi a seguinte: “Que a nossa situação é das piores, senão de todo péssima e desesperada, é coisa que já não pode sofrer dúvida e contestação” (LISBOA, 1864, p. 407), demonstrando a visão que tinha do quadro provincial como totalmente corrompido.

Para lidar com eventos recentes a descrição do momento e dos atores da narrativa obedecia a procedimentos como a supressão de datas, nomes fictícios de partidos, presidentes e lideranças locais. O nome era fictício, até para evitar retaliações, receava que alguém se reconhecesse nos papéis desfilados ao longo do folheto, mas a caracterização seria da realidade política da província, sobretudo da capital São Luís. O recurso de ocultar datas e utilizar nomes fictícios pode ser visto no seguinte excerto: “Corria o ano de 184., e esta heroica província gozava então da honra talvez pouco apreciada de ser presidida pelo excelentíssimo senhor doutor Anastácio Pedro de Moura e Albuquerque” (LISBOA, 1864, p. 163). Em outra ocasião ocultou o nome de uma personalidade que seria da confiança do Presidente: “Um dia contudo em que S. Exc. escrevia ao seu ministro predileto [...]” (LISBOA, 1864, p. 168).

A geração de Lisboa enfrentou os problemas de elaborar uma narrativa histórica sobre o Brasil e os protocolos metodológicos para essa narração (TURIN, 2018, s/p), de modo a possibilitar uma diversidade de formas para essa escrita. Movimentavam-se elementos da ideia antiga de história *magistra vitae*, que legaria lições para o presente, e a importância da testemunha ocular, como no trecho seguinte:

eu tenho por mim não só o testemunho universal de uma grande cidade, senão também a autoridade fidedigna do porteiro do tesouro e do almoxarife do hospital, a quem, prevendo já estas dúvidas, fui consultar, na sua qualidade de testemunhas oculares, pois sei que como empregados ou pretendentes que eram, assistiram a diversos atos a que S. Exc. também era presente. (LISBOA, 1864, p. 187)

A confiança na testemunha se calcava num princípio ainda influente na escrita histórica do período, a autópsia. Ter ouvido o relato de testemunha insuspeita era importante na economia da argumentação do autor, pois “fizeram ver com argumentos palpáveis, eloquentes e sem réplica, que tudo quanto se me havia informado era não só a pura verdade, senão muito verossímil e possível” (LISBOA, 1864, p. 187).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Mencionando sua visita ao palácio do governo, afirmou se tratar de “um fato de que fui testemunha ocular” (LISBOA, 1864, p. 203), colocando-se como autoridade. Ele “viu” e podia referir a verdade. Mas também se amparou em outras fontes como documentos e jornais da época, evidenciando que apenas o relato de segunda mão - embora importante mesmo pela verossimilhança e possibilidade - não era suficiente, o saber histórico fundamentando na autópsia carecia da investigação do historiador (HARTOG, 2013, p. 80), ratificando a escrita da história como uma tarefa utilitária e instrutiva do conhecimento que oferecia à sociedade (OLIVEIRA, 2010, p. 42).

O sentido da história como investigação da verdade estava no bojo de uma função judicativa do conhecimento histórico, e nessa perspectiva Lisboa assumiu o papel de juiz, delegando ao leitor do periódico e à posteridade o julgamento daquelas ações “pela voz imparcial e severa da história” (LISBOA, 1864, p. 202). A participação do leitor foi acionada em vários momentos do folheto, como quando mencionou que ele era “amestrado sem dúvida em todos estes meneios da política provincial” (LISBOA, 1864, p. 181), logo, poderia comprovar a credibilidade do narrado. O compromisso com a verdade proclamado pelo autor se dava tanto para afirmar a veracidade da própria narrativa ora ofertada, quanto o julgamento prévio que fazia das ações desenroladas na trama. Ponderou que a verdade histórica não dispensava as *trivialidades* e que “quantos têm alguma experiência das nossas coisas sabem que nada invento ou altero” (LISBOA, 1864, p. 193-194), colocando mais uma vez o público na salvaguarda de seu trabalho.

Justificando suas colocações, Lisboa demonstrava aquilo que formaria o ethos do historiador no Brasil oitocentista, a sinceridade, a instrumentalidade e a cientificidade (TURIN, 2009, p. 14). Considerava seu trabalho um avanço se comparado aos cronistas do Brasil colonial, vendo no conhecimento da história da província uma forma de denunciar e corrigir os maus usos da política que acabavam degenerando o tecido social como um todo, assim, reiterava que ali estava narrando a *verídica* história da campanha eleitoral sob “o ponto de vista moral e político”, e talvez conseguisse “ocasião para ensino e emenda, se é possível haver emenda, em um estado tão caído e malparado como o nosso” (LISBOA, 1864, p. 342).

A historiografia de Lisboa tinha no estilo um componente importante, e como expressou Peter Gay (1990, p. 52), a marca do estilo é exprimir “o espírito do escritor, a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

tarefa do estilo é manter o público do escritor”. O estilo adotado pelo autor tornava o conteúdo do folheto acessível também ao assinante do periódico que não era especializado na discussão partidária, o próprio formato de publicação mensal auxiliava no entendimento e demonstrava o interesse que tal debate gozava entre os leitores. Nesse sentido, a escrita da história em Lisboa guardava elementos de um modelo compilatório, mais voltado para um público amplo, ligado ao mercado editorial e visando uma ação política direta (ARAÚJO, 2015, p. 395).

O traço mais marcante do estilo de escrita do maranhense foi a ironia. A descrição que fez de personagens do quadro político da província evidenciava o uso da narração irônica, sobretudo para os desqualificar intelectualmente e moralmente, como no caso do líder local conselheiro Arthur, apresentado como “uma perfeita nulidade, lembrado, não obstante, e efetivamente aproveitado para todos os empregos provinciais, nos quais nada fazia que luzisse e aparecesse”, e dos bacharéis que voltavam para casa como “verdadeiros doutores à mexicana” (LISBOA, 1864, p. 233-250). Do Presidente de Província Bernardo Bonifácio Montalvão de Mascarenhas delineou um perfil físico e psicológico ao dizer que tinha ele maneiras *afáveis*, falar *culto* e andar “firme e seguro, não obstante o arqueado das pernas, um termo enfim tão senhoril em toda sua pessoa, que acareava sem detença as simpatias e o respeito de quantos o comunicavam” (LISBOA, 1864, p. 187-188).

Como marca de seu estilo, a ironia foi utilizada para pintar cenários coletivos ou cenas particulares (SILVA, 2017, p. 29) de sua crítica ao panorama geral do processo eleitoral, elegendo sujeitos sem qualificação para assumir cargos públicos, mas que tinham apoio e prestígio na região. Num sistema de representação em que dominava a ideia de que a qualidade do governo dependia da qualidade dos eleitores e eleitos (DOLHNIKOFF, 2009, p. 42-47), o que ocorria na prática era a concentração do poder nas mãos das elites mais tradicionais que possuíam o capital material e uma rede de conexões locais, grande elemento de articulação de *Partidos e eleições...*

A proposta do narrador *Tímon* era converter as presidências de província em cargos somente administrativos, sem caráter político (LISBOA, 1864, p. 417), com isso poderia se barrar a continuidade do vício que corrompia as eleições e a sociedade maranhense, completado com a atuação dos partidos e da imprensa da província. A

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

avaliação do jornalismo provincial foi de todo negativa, os jornais eram veículos puramente partidários, impotentes e só serviam para exibir as misérias locais. Na mesma chave de análise, colocou os partidos ou vários grupos que disputavam a atenção e as benesses do governo em exercício como facções inúteis e nocivas ao bem público. A não diferenciação entre eles e a falta de um programa político claro levavam *Tímon* a duvidar se, de fato, existiam partidos políticos constituídos no Maranhão.

Compartilhando com o leitor seu esforço de pesquisa e escrita, confessou que ali extratava e copiava, “transformando e aplicando as cópias às cousas e aos homens do seu tempo. Nada mais, nada menos” (LISBOA, 1864, p. 13), num testemunho sincero das limitações de originalidade de seu trabalho, mas também demonstrando conhecimento dos procedimentos metodológicos da moderna escrita da história como a citação de trechos de outros autores no texto autoral. A citação ratificava não apenas a erudição do autor, como lhe conferia credibilidade ao fazer referência às fontes (GRAFTON, 1998, p. 36-38).

Lisboa amarrou seu relato comentando que fizera uma “pequena galeria, não simplesmente de contemporâneos, senão de personagens verdadeiramente históricas, e já do domínio do passado”, esperando que “do estudo destes tipos ou modelos possam os presentes e os vindouros tirar lições proveitosas para as suas relações políticas e para a prática dos negócios em geral” (LISBOA, 1864, p. 251). Mais uma vez, a concepção de uma história pragmática foi demonstrada pelo autor, das suas análises do contexto provincial o seu próprio tempo e a posteridade poderiam tirar lições preciosas para não incorrerem nos mesmos erros que levaram àquele estado de corrupção dos costumes. Declarou desejar colher a “emenda de alguns abusos, e a correção do mal, em parte ao menos” (LISBOA, 1864, p. 14).

Operando com um esquema que contrapunha bem e mal, civilização e barbárie, Lisboa apresentou uma história do presente da Província do Maranhão a partir do fenômeno das eleições. Focalizar os costumes da política através das eleições e dos partidos era um lugar privilegiado de observação de toda a província, por essa lógica pintar o mal que dominava em seu tempo equivalia a “apresentar ficcionalmente uma verdade histórica profunda” (SOARES, 2002, p. 30-31). Assim, as reflexões de Lisboa condensavam disputas historiográficas que também caracterizavam disputas pelo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

presente (SILVA, 2017, p. 124). Constatando que o espelho do presente refletia no espelho do passado (SANTOS, 2002, p. 89), a narração do tempo contemporâneo em *Partidos e eleições...* apontava, por fim, que seu desalento da vida pública não o impedia de acreditar na capacidade de reforma moral pela ação do próprio homem (CARVALHO, 1995, p. 19), foi esse presente que o motivou a escrever sobre a história da província, numa expectativa de futuro diferente.

Considerações finais

A diversidade de métodos, teorias e modelos de que se dispunha para a escrita historiográfica exibiam as múltiplas figurações daquele que se propunha estudar e escrever história, bem como a incipiência das fronteiras disciplinares no Brasil oitocentista, o que não significava a ausência de um estatuto científico e credibilidade desses estudos (OLIVEIRA, 2010, p. 45-50). A historiografia de Lisboa ofertou uma história escrita desde sua província, permitindo a reflexão sobre as modalidades da pesquisa, os regimes de autonomia intelectual relacionados a modos variados de produzir o discurso histórico (ARAÚJO; CEZAR, 2018, p. 1).

Contando com a adesão do leitor, a narração do presente em *Partidos e eleições...* propunha uma história que instruisse e atuasse na vida pública da província, além do caráter de entretenimento. Por essa ótica, conhecer a história local dava grande contribuição. Escrever sobre as eleições provinciais angariava o interesse do público assinante do *Jornal*, também condensava as “relações entre as diferentes camadas sociais permitindo a construção de uma ideia geral sobre a província” (SILVA, 2017, p. 136). Lisboa pesquisou e escreveu sobre o Maranhão, fazendo de sua província natal o objeto de estudo e lugar de onde partiu, e com esse folheto demonstrou a possibilidade de abordar o tempo atual sob uma perspectiva historiográfica no ambiente brasileiro daquele momento, que via tal modalidade com reservas, mas não a impossibilitava.

Bibliografia

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

_____. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 365-400, mai./ago. 2015.

_____; CEZAR, Temístocles. The forms of history in the nineteenth century: the regimes of autonomy in Brazilian historiography. **Historein**, Athens, v. 17, n. 1, 2018.

BATALHONE JR., Vitor Claret. **O Brasil de Lisboa**. Anais do X Encontro Estadual de História, Santa Maria, 2003.

CEZAR, Temístocles. Escrita da história e tempo presente na historiografia brasileira. DUTRA, Eliane Freitas (Org.). **O Brasil em dois tempos**. História, pensamento social e tempo presente. 2013. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/O_Brasil_em_dois_tempos/F6EkDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover. Acesso em: 24/05/2021.

CARVALHO, José Murilo de. Lisboa e Timon: o drama dos liberais do Império. In: LISBOA, João Francisco. **Jornal de Timon: partidos e eleições no Maranhão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DOLHNIKOFF, Miriam. Representação na monarquia brasileira. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 9, p. 41-53, mai. 2009.

GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 388, jul./set. 1995.

HARTOG, François. **Evidência da história: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

IHGB. Extratos das Atas. **RIHGB**, Rio de Janeiro, Tomo IX, 1847.

_____. Ata da sessão de 16 de fevereiro de 1850. **RIHGB**, Rio de Janeiro, Tomo XIII, 1850.

_____. Expediente da sessão de 8 de março de 1863. **RIHGB**, Rio de Janeiro, Tomo XXVI, 1863.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **João Francisco Lisboa: jornalista e historiador**. São Paulo: Ática, 1977.

LENCLUD, Gérard. Traversées dans le temps. **Annales HSS**, n. 5, p. 1053-1084, sep./oct. 2006. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-annales-2006-5-page-1053.htm>. Acesso em: 24 mai. 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. **Lua Nova**, São Paulo, n. 91, p. 13-51, 2014.

LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. I. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1864.

_____. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. II. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865.

MALEVAL, Isadora Tavares. A “arca do sigilo” do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro oitocentista. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH**, 2013.

MELO, Mailson Gusmão. João Francisco Lisboa e o Jornal de Tímon: apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão. In: BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche (Org.). **Historiografia maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014.

MOLLO, Helena Miranda; TURIN, Rodrigo; NICOLAZZI, Fernando. The thickness of time: the writing of history and appropriation of the past in Brazil, 1830-1930. **Historein**, Athens, v. 17, n. 1, 2018.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, n. 59, p. 37-52, 2010.

SANTOS, Maria Rita. **Uma leitura pragmática do Jornal do Timon de João Francisco Lisboa**. São Luís: EDUFMA, 2000.

SILVA, Jussara Rodrigues da. **Reformar os costumes pela história: a historiografia de Francisco Lisboa no Jornal de Timon**. Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

SOARES, Flávio José Silva. **Barbárie e simulacro no Jornal de Timon de João Francisco Lisboa**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

TIBURSKI, Eliete Lucia. **Escrita da história e tempo presente no Brasil oitocentista**. 146 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 2, mar. 2009.

_____. João Francisco Lisboa (1812-1863). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Org.). **Os historiadores: clássicos da história do Brasil**. v. 4. Petrópolis: Vozes, 2018. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Os_historiadores_Cl%C3%A1ssicos_da_hist%C3%B3ria/6PhNDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover. Acesso em: 24 jul. 2021.